

A MUTAÇÃO CAMPONESA. O ESTADO DO CAMPESINATO SERGIPANO BRASILEIRO

Ideni Terezinha Antonello*

O propósito primordial deste estudo foi abarcar a mutação do campesinato fomentada no processo de transformação do espaço rural brasileiro desencadeada pela modernização do agro, a qual se delineou a partir do modelo de desenvolvimento econômico implantado no país, que tem na raiz o padrão fordista. No entanto, a materialização deste modelo de desenvolvimento no Brasil vincula-se mais à lógica da difusão internacional do fordismo que o avanço das forças produtivas nacionais, configurando-se uma situação de transplante de tecnologia dos países centrais. Dessa forma estrutura-se como um “fordismo periférico”.

Essa situação reflete-se no modelo de modernização do espaço rural nacional que submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora”, pois o capital se aliou aos grandes proprietários de terra sob o amparo do Estado. Assim, o processo de modernização brasileira, que se desenvolveu respaldado pelo fundo público, não teve a preocupação em reestruturar e incorporar os pequenos produtores familiares ao novo padrão moderno de produzir. Tal fato redundou em espacialidades diferenciadas do capital no interior da produção camponesa, e, conseqüentemente, excitou a mutação do campesinato, isto é, os camponeses que conseguiram inserir-se no processo de modernização transformaram-se em produtores modernos, integrando-se a dinâmica capitalista. Enquanto isso os camponeses que não se incorporaram no processo tornaram-se marginais ao padrão produtivo colocado. Contudo, ressalta-se que a lógica do capital materializada no processo desigual da modernização do agro nacional tem como resultado o desenvolvimento geograficamente desigual da agricultura. Por conseguinte, a produção/reprodução do espaço brasileiro se processa calcada na lógica centro/periferia, pois a concentração espacial de capital é o capital produtivo centralizado, e, configura-se uma divisão interna do trabalho. O centro personifica os detentores do capital e a tecnologia, a periferia, o trabalho. Neste contexto, elegeu-se como foco de pesquisa empírica o Estado de Sergipe localizado na região Nordeste do Brasil, a qual figura na periferia da dinâmica econômica nacional. E, voltou-se a direção do foco de análise para as transformações sofridas pelo campesinato sergipano com a expansão do capitalismo no espaço rural nordestino. A investigação desenvolveu-se através da coleta de informações orais e escritas (questionário) diretamente no agro. Dividiu-se o espaço rural estadual em cinco áreas para a realização do trabalho de campo, no intuito de apreender as diferentes espacialidades do capital. Ancorou-se teoricamente em duas categorias de análise o trabalho concreto (“valor de uso”) e trabalho abstrato (“valor de troca”), ou seja, é a partir das metamorfoses do trabalho que busca-se entender a mutação do camponês frente a lógica capitalista.

O processo vital social do campesinato em sua relação direta com a natureza possui um conteúdo sensível de trabalho. Trabalho como atividade existencial, isto é, aquele necessário para a continuidade da vida, que subentende a produção da vida material e, portanto o desenvolvimento dos meios de vida que possibilitam satisfazer as necessidades básicas como comer, beber, habitar, enfim, manter-se vivo. Marx salienta que é exatamente neste ponto, ao produzir seus meios de vida que o homem começa a diferir do animal. Assim, o homem apresenta uma “natureza humana” imbuída de potencial, que se materializa como atividade prática no trabalho, levando a natureza humana (essência) a alterar-se conforme cada época histórica. Isso consiste na autocriação do homem pelo homem, em um constante processo de criação/destruição, pois a natureza humana é mutável, no sentido de que é um produto histórico resultado do trabalho.

A atividade do homem é sua atividade vital, e sua relação com o mundo material (Natureza) não é refratária; pelo contrário, existe uma interação entre ambos no processo de trabalho, no qual o homem se naturaliza e, ao mesmo tempo, humaniza a natureza. Contudo, o homem é um ser natural; ele defronta-se com a natureza com suas “forças naturais”, mas as coloca em movimento com objetivo projetado sobre a matéria natural, ocorrendo a objetivação da natureza em função das necessidades humanas. Afinal, o que distingue “... o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”(Ibid., p.149).

No processo de existência o trabalho se realiza e, ao mesmo tempo, existir significa objetivação da força de trabalho dispendida, que é a materialização do próprio trabalho. Neste sentido, o trabalho é o fio condutor da ação humana, tanto física como mental; portanto, o resultado do processo de trabalho estava, de antemão, construído na cabeça do homem antes de obtê-lo concretamente. Assim,

* Doutora em Geografia e professora visitante do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Ressalta-se que o presente artigo constitui-se parte da tese de doutorado da autora, intitulada A METAMORFOSE DO TRABALHO E A MUTAÇÃO DO CAMPESINATO (1999).

“No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um **valor de uso**; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.[...] **Ele fiou e o produto é um fio**” (MARX, 1988, p.151, grifo nosso).

O trabalho, fonte da satisfação humana, ganha vida no processo, e este, quando desencadeado a partir das necessidades corporais básicas, configura-se na relação simples de apropriação do natural pelo homem. É o trabalho direcionado a um fim, a produção de valores de uso, pois “... o valor de uso só tem valor pelo uso e só se realiza no processo de consumo” (MARX, 1977, p.31).

Essa forma específica de trabalho é, de fato, resultado do processo de trabalho elementar; em outras palavras, o produto e o usufruto do trabalho aparecem sob a forma direta, concreta, expressão do “metabolismo entre o homem e a Natureza”. O trabalho é, assim, útil e concreto, condição natural de existência humana, sendo comum e presente em todas as formas sociais.

Porém, com o avanço das forças produtivas e sob a compulsão imanente do homem na criação e satisfação das novas necessidades, o trabalho passa de atividade concreta, sensível, para um dispêndio de força produtiva direcionada à produção de “valores de troca”, garantida pelo trabalho que assume a forma de “trabalho abstrato”. O trabalho criador de valor de troca consiste naquele passível de ser medido quantitativamente, isto é, que permite igualizar os diferentes trabalhos de diferentes indivíduos, remetendo-os a um denominador comum, o valor de troca. Assim, “... o trabalho de qualquer indivíduo, quando se manifesta no valor de troca, possui este caráter social de igualdade e só se manifesta no valor de troca quando, relacionado com o trabalho de todos os outros indivíduos, é considerado como trabalho igual” (MARX, 1977, p.35).

O trabalho que se realiza em valores de troca subentende produtor de mercadorias, trabalho social materializado, indiferente à forma singular do próprio trabalho. É, portanto, o trabalho reduzido à um equivalente de tempo, pois “... enquanto valores de troca, são apenas as diferenças de grandeza do trabalho nelas materializado”(Ibid.,p.33). Por conseguinte, o trabalho concreto, ao assumir a forma de trabalho abstrato, torna-se estranho, insensível ao seu criador, pois o produto do trabalho é despido de sua qualidade de valor de uso; representa a mercadoria, a qual é apenas considerada como resultado e não direcionada a um fim e, sim encerra um fim em si mesma; ora, não se trata de sua utilidade, mas do tempo de trabalho empregado para obtê-la, ou seja o valor de troca.

O trabalho concreto, vivo, se transmuta na objetivação do trabalho-mercadoria, expressão do trabalho morto. Este cristaliza a deformação da atividade humana como trabalho concreto e proscreve a satisfação básicas do homem, a partir da venda da única mercadoria que lhe pertence a sua **força de trabalho**.

Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria singular, pois encerra o duplo caráter do trabalho; isto é, nela está contido tanto o trabalho concreto (valor de uso) como o trabalho abstrato (valor de troca). O trabalho alienado só existe para que pudesse existir, por virtude do capital, a propriedade privada, e esta existe para que existisse aquele. Assim, a introjeção da exteriorização do trabalho pelo homem fecunda-se no modo capitalista de produção, que planta e colhe os frutos do trabalho sob a forma de trabalho abstrato.

Sob as relações de mercado, o camponês é induzido a se familiarizar com as regras econômicas capitalistas. Aqueles que não introjetarem a lógica racional do capital serão economicamente eliminados. Ora, quando se fala em economicamente eliminado, julga-se do ponto de vista capitalista, da busca irrestrita do ganho econômico, da lógica do capital gerindo a organização e funcionamento da produção camponesa.

Contudo, no decurso da penetração do modo capitalista de produção, o campesinato mergulha em águas estranhas ao seu modo de vida tradicional, pautado em uma “economia de necessidade”¹. Em outras palavras, para o caráter tradicional do trabalho que revestia a produção camponesa direcionada à um fim, a racionalização econômica ao extremo constituía-se em uma irracionalidade incompreensível, a de transformar sua vida em função do trabalho, o trabalho como obrigação, isto é, “... que o homem existe em razão de seu negócio, ao invés de se dar o contrário” (WEBER, 1997, p.46).

Isso, obviamente, não quer dizer que os camponeses fossem desprovidos de sentimento de aquisição ou indiferentes às inovações. Simplesmente, viviam no ritmo do trabalho concreto. Entretanto, com o avanço

¹ Sombart defende que mesmo individualmente com a utilização de capital e inseridas nas relações de mercado, os camponeses podem ter um caráter tradicional, no sentido em que a busca do rendimento para obtenção da mercadorias necessárias à satisfação das necessidades pessoais, isto, se se nivelar o conceito de necessidade ao conceito de necessidade tradicional (Apud: WEBER, 1997).

das forças produtivas e conseqüente massificação do trabalho, o campesinato é colocado contra o muro: ou adapta sua maneira de vida ao jogo de forças do mercado, ou mantém-se em letargia, sem poder ascender. Esses fenômenos fazem parte do avanço do modo capitalista de produção no setor rural e fomentaram a incorporação do racionalismo econômico por parte do trabalhador tradicional. Claro, isto deu-se de forma gradativa, particularmente para o campesinato que permanecia na terra reproduzindo-se com base na “economia de necessidade”.

À medida que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista se desdobra no espaço rural, este é recriado em moldes capitalistas, no sentido de criar um espaço modernizado, no qual impera à modernização do processo produtivo. Cabe salientar que a metamorfose do trabalho é assumida integralmente nos países de capitalismo avançado e, dessa forma, materializa-se em espacialidades geograficamente desiguais do capital e, portanto, do trabalho abstrato.

As metamorfoses do trabalho fomentadas pelo avanço tecnológico, atingiram uma configuração na atualidade que poderia concretizar a utopia marxista da “abolição do trabalho”, do trabalho enquanto atividade alienada do homem, como subtração do humano. Mas enquanto a metamorfose não se completa, os espaços geográficos assumem contornos desiguais. Assim, encontra-se o trabalho tanto sob a forma abstrata como concreta, no espaço rural, desenhando e direcionando a atividade humana. Assim, torna-se necessário penetrar na lógica interna da unidade de produção camponesa para trazer à tona a especificidade do trabalho coletivo familiar para alumiar sob que formas se apresenta o trabalho ao grupo familiar internamente e externamente à unidade de produção. Em outras palavras, na busca da reprodução membros do grupo familiar vestem as duas formas de trabalho: o trabalho concreto no interior da unidade e o trabalho abstrato/alienado no mercado de trabalho. O que será o foco da análise seguinte.

Detectou-se que no agro nordestino, especificamente sergipano, a recalcitrância de relações sociais de produção não especificamente capitalista na agricultura, no sentido que não altera a relação trabalho humano/terra, pelo contrário, intensifica o uso do trabalho e a expansão da produção pela incorporação de terras. Nesse quadro, o espaço rural nordestino demora a sofrer interferências externas particularmente, não ocorrendo mudanças significativas nas relações de produção, norteadas pelo tênue vínculo monetário. A “terra” mantém o controle sobre a dinamização da produção camponesa, tanto à interna como à externa à grande propriedade. Assim, o campesinato sergipano se reproduz na sombra da grande propriedade, confinado em 43,02% da área dos estabelecimentos agrícolas. Por outro lado, compreende 96,89% do número de estabelecimentos, isto em 1996. Esta realidade é o fruto de uma evolução da estrutura fundiária controlada pela oligarquia rural, que apresenta uma constância na área total dos estabelecimentos maiores de 100 hectares. Frente à esta realidade o camponês que se mantém no espaço rural sergipano, apresenta como traço marcante a produção dedicada à produtos alimentícios. No cultivo de alimentos transparece a lógica produção-reprodução, sendo a utilização da força de trabalho dos membros da família o próprio trabalho, objetivado no produto obtido, expressão do trabalho concreto, produto (alimentos) destinado principalmente à satisfação das necessidades básicas do grupo familiar, o meio de subsistência. Trabalho fundamentado na premissa trabalho x consumo. O campesinato pôde manter este princípio básico, ou este o manteve, ao se encontrar limitado em sua expansão produtiva devido à falta dos meios para tal, como capital e terra. Portanto, o espírito que anima o trabalho camponês é de cunho tradicional, norteados nos princípios de um modo de vida tradicional, de práticas tradicionais de produção, de um retorno tradicional de seu dispêndio físico e, particularmente, de um tempo de trabalho marcado pelo ritmo da natureza, uma quantidade tradicional de trabalho.

Entretanto, o camponês, é atingido pelo avanço da atuação do Estado como estimulador da reorganização do espaço rural, assentada na criação de infra-estrutura, como as vias de comunicações. Isso vai constituir o germe da dissolução da ordem tradicional, pois introduz novos padrões e desejos de consumo, subvertendo a lógica produção-reprodução. Por conseguinte, novas necessidades são fomentadas, desvinculadas da concepção de trabalho peculiar, de trabalho pautado na motivação para cobrir as necessidades básicas. Assim, são condicionados a produzir pensando no mercado, isto é, na busca da renda-dinheiro. Passam a direcionar a produção para produtos mais comercializáveis, em detrimento dos de autoconsumo. Este processo de inserção da produção camponesa no âmbito do mercado ocorre de forma gradual e diferenciada espacialmente. A gradativa estruturação e reestruturação do campesinato no espaço sergipano configura-se em uma realidade diferenciada e fragmentada. E o trabalho assume a forma tanto de trabalho concreto, como a forma de trabalho indiferenciado. Esta última, patente no campesinato que se dedica, principalmente, à produção de um produto comercializável, como por exemplo a laranja.

Portanto, o campesinato sergipano sofre mutações conforme sua inserção na lógica capitalista de produção, e, conseqüentemente, à sua integração diferenciada ou relativa ao mercado. O resultado é a diferenciação do espaço geográfico, que se transveste de diversas formas, mas particularmente, expressa as diferentes formas e potencialidades que assume a produção camponesa para manter-se no espaço rural. Tal fato é alumiado a partir da análise das formas de trabalho que assume o grupo familiar.

O preceito exigido pela família impõe aos membros um estilo particular de comportamento individual face ao grupo, valorização do coletivo, ou melhor, cada membro em idade produtiva constitui no potencial de trabalho a ser utilizado conforme às exigências do grupo. Ao se considerar os membros produtivos como fonte da sobrevivência familiar, eles se convertem no elemento primeiro e fundamental em torno do qual todos se organizam, do qual derivam as perspectivas de produção e por conseguinte, de reprodução.

Esse fenômeno pode ser visualizado na Figura 1 a partir da força de trabalho disponível (FTD) na unidade de produção camponesa (UPC) emana o potencial humano à ser colocado em prática, seja no interior da unidade (UPC), seja no mercado de trabalho; caso não seja absorvida nem internamente, nem no externamente na própria área, é expelida para outras regiões. Contudo, converge para um ponto comum, que é a reprodução do grupo e da unidade produtiva.

O elenco formado pelos membros produtivos (FTD) respaldará o ajustamento dos papéis específicos à serem incorporados por cada membro da família, o que marcará a reciprocidade dos frutos do trabalho. Internamente, o trabalho assumirá o caráter coletivo, com a combinação das tarefas à serem desenvolvidas por cada membro estas realizadas sob o princípio de complementariedade dos diferentes trabalhos executados.

Na definição dos papéis, os primeiros a serem preenchidos são os demandados no processo produtivo interno, os quais derivam da base técnica em que esteja assentada a produção, e a mesma reflete a inserção da produção camponesa no mercado. Se, caso grande parte da produção tem como finalidade o mercado, maior a dependência do grupo familiar à renda-dinheiro. Simultaneamente, maior quantidade de trabalho aplicado para obter o produto-mercadoria. Por conseguinte, menor atenção é direcionada à produção para o consumo doméstico. O inverso também é verdadeiro.

Quanto maior a produção de subsistência (produtos alimentícios), menor integração ao mercado menor o capital requerido para renovação do ciclo produtivo, menor a capacidade técnica, maior a quantidade de trabalho humano aplicado na produção e, certamente, maior a necessidade de uma fonte de recursos externos para prover o que o fruto do trabalho coletivo interno não proporciona, pois, atualmente, no espaço sergipano, não é possível falar de uma produção autofágica. Em suma, a força de trabalho (1) utilizada internamente à unidade de produção camponesa assume a função de fornecer o produto-mercadoria (1a) e o produto consumo (1b).

Em função da peculiaridade seccional da produção agrícola, ainda marcante na produção camponesa sergipana, a FTD utilizada internamente pode se converter em determinados períodos, em vendedora de sua força de trabalho (2). Assim, o trabalho lhe aparecerá sob a forma de trabalho abstrato.

A dissociação de membros para atividades extra-unidade familiar pode ter ou não relação com a força trabalho requerido durante o processo produtivo da agricultura, como na entressafra, quando a demanda de trabalho diminui, possibilitando que os membros disponíveis (FTD) dirijam-se para outras atividades. Considera-se que o âmage da decisão da assunção do trabalho abstrato por parte de alguns membros esteja, particularmente, ligado ao fato econômico, pois não é possível falar de uma ociosidade da FTD, no momento que assume o intra-trabalho. Ao preencher às lacunas de trabalho intra-unidade, a FTD excedente se transubstancia em força disponível de trabalho (FDT), a qual é expedida para o trabalho externo. Mas, mesmo não fazendo parte do quadro interno, geralmente leva o estigma familiar, isto é, o princípio de reciprocidade dos frutos do trabalho. Portanto, direciona parte de seus recursos para as entranhas familiares. O ajustamento dos papéis vincula-se à composição da família camponesa em membros produtivos (FTD) e membros consumidores e a respectiva relação entre ambos, na busca da reprodução conjunta.

Assim, a unidade de produção camponesa é, ao mesmo tempo, palco da produção e do consumo, razão pela qual os papéis serão definidos pela FTD. E, expressará a situação do grupo familiar em relação aos membros que trabalham e aos que dependem desse trabalho para sobreviver. A partir da tabela 1, é possível entender a configuração da família camponesa sergipana, a qual registra a composição e o tamanho do grupo doméstico em cinco áreas distintas do espaço rural. E a tabela 2 proporciona a completeza da montagem do quadro do ciclo biológico familiar e a visualização da possibilidade de aplicar os "princípios da cooperação complexa".

**TABELA 1
COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO
1996/1997**

ÁREAS	FAMÍLIA	OCU	MEM	MEM	COSUM	OC
		PADOS	BROS *	BROS**	IDOR/ TRABA	UPADOS
		INTE	PRO	CON	LHADOR	TOTAL
		RNOS	DUTIVOS	SUMIDOR		
I	37	18	33	36	1,09	28

II	217	147	183	206	1,13	202
III	123	80	96	108,5	1,13	93
IV	152	109	129	151,5	1,17	139
V	375	272	285	325	1,14	331

Fonte: Trabalho de Campo, 1996/1997

*O critério utilizado para reduzir os membros da família à unidade de força de trabalho, foi respaldado pela observação direta em campo, considerando os filhos maiores de 14 anos (ambos os sexos) como uma unidade de trabalho e os com idade entre 7 a 14 anos o equivalente a meia unidade de trabalho, pois via de regra trabalham um turno, visto que no outro freqüentam a escola.

**O critério para incluir os membros da família à unidade de consumo por considerar os com idade até 7 anos meia unidade de consumo e os com idade superior uma unidade de consumo.

TABELA 2
FAIXA ETÁRIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA CAMPONESA NO
ESPAÇO RURAL SERGIPANO
1996/1997

DE (ANOS)	GRUPOS IDADE	ÁR	ÁR	ÁRE	ÁRE	ÁRE
		EA - I %	EA - II %	A - III %	A - IV %	A - V %
	30					
	31 + 40	10,53	2,50	5,00	8,33	11,63
	41 + 50	-	22,50	25,00	8,33	18,60
	51 + 60	5,26	20,00	15,00	19,44	20,93
	> 60	31,58	17,50	35,00	22,23	27,91
		52,63	37,50	20,00	41,67	20,93

Fonte: Trabalho de Campo, 1996/1997.

Posteriormente, volta-se o foco de análise diretamente para o protótipo do campesinato detectado a partir da especificidade das cinco áreas elegidas na pesquisa de campo.

O CASO DOS CAMPONESES LITORÂNEOS – Percebe-se que a população inserida na Área – I dedicada às atividades agrárias caracteriza-se pela idade avançada do chefe das unidades de produção camponesa abordadas, o que detona o fenômeno de decadência da exploração familiar e a respectiva consumição do trabalho familiar requerido, o qual corresponde a 64,29 % da força de trabalho ocupada nas unidades. A posição geográfica e os aspectos físicos desta área imprimem uma particularidade à relação do grupo doméstico com os mecanismos de subsistência, a terra, pois a unidade de produção não se constitui na única alternativa colocada. A extração natural (1c), que aparece na arte de pescar, representa importante fonte de renda para as unidades de produção camponesas litorâneas. Correlativamente à pesca artesanal, há a presença de pesca em escala ampliada, realizada em moldes capitalista. Atividades ligadas ao turismo e, a proximidade à capital – Aracaju, ampliam o mercado de trabalho, configurando-se uma renda potencial extra-unidade familiar.

Esse potencial extra-unidade transparece no fato de que 54,55 % dos membros produtivos são utilizados internamente, ao passo que quase metade (45,45 %) da FTD converte-se em força de trabalho alocada no mercado de trabalho.

Por outro lado, ao se constatar que 22 % dos produtores entrevistados não possuem a propriedade da terra utilizada, fica demonstrada a impossibilidade de dispor dos recursos necessários para a sobrevivência de todo o grupo a partir da unidade de exploração. É interessante sublinhar a importância da propriedade da terra como fator preponderante na não dissipação de unidades de produção camponesas. Entrementes, sob a estrutura fundiária sedimentada, a mesma é vista como uma forma de “liberdade”; contudo, sua ausência não significa a não presença da produção camponesa, que pode ser conseguida e mantida a partir de relações não especificamente capitalistas, o que possibilita a manutenção do grupo familiar e em alguns casos acompanha todo o ciclo existencial da família. Entretanto, começa a ruir com o envelhecimento do chefe da família. A combinação do envelhecimento do chefe da família com a fragilidade dos instrumentos da produção disponível corroi as bases do trabalho coletivo familiar, vacilando o equilíbrio entre o que a família requer e o que ela propicia. Portanto, a

autoridade familiar perde sua justificação de ser, pois não oferece mais a garantia aos seus membros de proteção e existência frente as condições externas, e nem de perspectivas de futuro, como a herança.

Entretanto, continua a operar o princípio da reciprocidade existencial que somente o laço familiar seria capaz de mantê-lo. Assim, toma forma o grupo doméstico agrícola pluriativo, articulado de maneira a obter a sua reprodução.

O dispositivo organizacional da FTD, no caso da Área – I, mostra que os intratrabalhadores incorporam o trabalho coletivo familiar, esta conjugação de energias individuais, que deve fornecer a produção advinda da unidade exploração agrícola e preencher as funções 1a, 1b, e 1c (Figura 1). Dentre essas funções é priorizada a função 1 b, ou seja, o trabalho realizado tem uma finalidade concreta, o autoconsumo. E as atividades produtivas são executadas, fundamentalmente, à base do trabalho humano, plantadas no *savoir-faire* camponês.

Para o segundo grupo, os extratrabalhadores, o trabalho aparece como trabalho externo individual (2a e 2b) mas deve atender as deficiências não suprida pelo primeiro. Deficiência marcante, ao se considerar que em 44% das unidades, a produção interna não cobriu a sobrevivência do grupo doméstico. Cabe frisar que a mesma não é regularizada apenas com a venda da força de trabalho do segundo grupo; aí entra a variável dos recursos externos provenientes dos membros produtivos (FDT) expelidos e da aposentadoria, dos mais velhos. A última fonte de recursos é um mecanismo sagaz de manutenção das unidades de produção camponesas cometidas pela extinção do chefe. Esta fonte foi detectada em 44% dos casos, relação direta com a fase de existência da família caracterizada pelo envelhecimento do progenitor (Tabela 2).

Relacionado à presença desse recurso externo está o percentual de unidades que não obtiveram a satisfação das necessidades do grupo doméstico intra-unidade. Trata-se, de fato, a articulação essencial entre a produção intra-unidade e atividade externa acrescida de recursos externos, como mecanismo de existência. Os dois mecanismos apresentam em comum o mesmo caráter sobrevivente.

O CASO DOS CITRICULTORES

Ao se caminhar para o centro-sul sergipano encontra-se o pólo mais dinâmico da produção camponesa sergipana – Área II. Em relação à composição da família camponesa, se observa a presença de famílias com o ciclo existencial recente, cujo os chefes encontram-se na faixa etária abaixo dos 51 anos em 45 % dos casos (Tabela 2). Isso indica a formação de uma descendência jovem, que não dá preferência às relações de ajuda simétrica ao grupo doméstico; ela se anuncia no peso dos membros consumidores sobre os produtivos (Tabela 1). Na constituição originária de sua natureza fugaz, o grupo doméstico constrói suas estratégias em torno dos membros produtivos que são utilizados em quase sua totalidade (80,33%) intra-unidade camponesa e, mesmo assim, correspondem a 72,77 % da força de trabalho alocada no processo produtivo. A FTD sustenta praticamente as atividades requeridas para colocar em funcionamento a produção. Esta apresenta baixa exigência de mão-de-obra durante o ciclo produtivo, por se tratar de uma cultura permanente, no caso a laranja a qual requer maior força de trabalho durante o período da colheita.

Mas, note-se, a transitoriedade da demanda de mão-de-obra pode ocultar a real importância do trabalho externo ao grupo familiar. O traço definidor do trabalho coletivo familiar será o objetivo almejavél, no caso materializado na laranja como produto-mercadoria. Dessa forma, a FTD empregada intra-unidade (1) converge sua energia física para obtenção do produto mercadoria (1a), ficando em segundo plano o produto consumo (1b), não negligenciado pelo camponês, entretanto, corroído pelo primeiro. A força da laranja chega a um ponto que, em determinados casos, o camponês, cometido pela exiguidade de sua unidade de produção, dedica-se em totalidade ao produto-mercadoria, e se converte em “camponês sem terra” para a produção de produtos alimentícios. O dispositivo encontrado é o pagamento de uma renda a grandes proprietários de terra, para suprir a necessidade de terras de sua gleba original.

Essa renda lhe aparece, comumente, sob a forma de renda em trabalho, isto é, desenvolve o cultivo de milho, feijão e mandioca entre o laranjal em formação; simultaneamente, encarrega-se do trato do mesmo.

Poder-se-ia esperar que os preceitos de vida e de trabalho familiar camponês atribuíssem um papel inverso à unidade de produção original, na verdade, devido sua pequena dimensão, o lugar que lhe é reservado é relativamente limitado. Em função, da impossibilidade de aplicação integral da FTD do grupo doméstico e, fundamentalmente, da ausência de um retorno econômico condizente a sobrevivência do mesmo.

Entretantes, a opção pelo produto-mercadoria (1a) exprime a importância que se reveste para o produtor uma renda-dinheiro, necessidade derivada da presença latente de novos padrões de consumo, remodelando a finalidade do trabalho coletivo familiar e ao mesmo tempo, subvertendo a lógica produção/reprodução. A inversão da lógica trabalho/consumo expressa a incorporação de necessidades externas, transportadas pelas redes de comunicações presentes no espaço camponês, mediatizadas pelo dinheiro, que “... é o *alcoviteiro*, entre a necessidade e o objeto, entre a vida do homem e os meios de subsistência” (MARX, 1964, p. 230, grifo do autor).

O dinheiro, portanto, é a necessidade primeira, o objeto, a partir do qual o camponês atingirá a sua satisfação. A satisfação subvertida pela sua necessidade primeira passará a comandar o trabalho coletivo familiar intra e extra unidade de produção. O dinheiro corrói antigos padrões de satisfação, estabelece novos desejos, forja necessidades desvinculada da relação sensível do camponês para com o dispêndio físico – o trabalho. Altera o tradicionalismo da sua relação natural para com o trabalho. A quantidade tradicional de trabalho é transposta para quantidade exigida pela produção direcionada ao mercado, dilatado pelo trabalho alocado na produção 1b, implantando um duplo papel ao trabalho coletivo familiar. Nessa situação, o produto-mercadoria subjugua o trabalho direcionado ao produto-consumo em prol do primeiro, faz sentir sua presença no camponês que cria sua exploração de produtos de subsistência, em terras de outrem, pois a primeira, de sua propriedade, esta ocupada na totalidade pela produção do produto comercializável, a laranja. Isso também ocorre em unidades de produção camponesa maiores, que possibilita a conjugação de ambos no interior da unidade; todavia, o produto-consumo (1b) é circunscrito pelo produto-mercadoria (1a).

A figura do intermediário se faz presente de forma marcante na comercialização da produção camponesa, sobressaindo-se à da cooperativa, mesmo considerando que 50 % dos produtores entrevistados são a ela associados. No entanto, 77,5 % vendem o resultado do seu trabalho ao atravessador. Este, na categoria de burlador do trabalho camponês, recebe em troca o seu agradecimento. *É a capacidade inerente ao dinheiro de entre coisas incompatíveis estabelecer a fraternidade.*

Assim, o trabalho aparece para os membros do grupo doméstico a via objetiva para a realização da subjetividade das necessidades engendradas pelo dinheiro. Transforma a representação concreta do produto do trabalho familiar em representação abstrata do dinheiro. Portanto, o trabalho coletivo familiar se reduz ao trabalho abstrato na mesma proporção que é direcionada a produção ao produto-mercadoria, porque se torna externo, lhe foi subtraído o seu valor sensível, concreto. A questão encontra-se no fato que o camponês ao se despir da lógica produção-reprodução nivelada no básico da existência física e imbuída de frugalidade, dilata as necessidades; contudo, não possui a mesma capacidade de obtenção dos meios para saciá-las. O resultado da mutação da idiosincrasia camponesa é “... como o crescimento das necessidades e dos meios para as satisfazerem gera a carência de necessidades e dos respectivos meios de satisfação” (MARX, 1964, p. 210).

A busca de renda-dinheiro extra-unidade reafirma o desequilíbrio entre o resultado da intraprodução e as exigências do consumo doméstico e produtivo. E exprime a forma conservadora da disseminação de um produto direcionado ao mercado e assentado em moldes modernos de produção, no sentido de requerer insumos como fertilizantes e inseticidas, adquiridos no mercado via dinheiro. Todavia, não vem acompanhado de mudanças significativas nos padrões técnicos de trabalho.

Internamente, a unidade de produção camponesa apresenta a mudança de orientação do trabalho familiar: a direção escolhida é o mercado. A forma peculiar da reciprocidade do trabalho se mantém, mas ao colocar no mercado o resultado da combinação das forças de trabalho do grupo, este torna-se trabalho

indiferenciado. Por conseguinte, revela-se para o trabalhador coletivo sob a forma de trabalho abstrato. Talvez, aí se encontre o traço comum entre o trabalhador coletivo e o proletário rural, na alienação da sua força de trabalho, e não, simplesmente, na busca diária da reprodução física. O camponês, ao direcionar o trabalho coletivo familiar ao mercado, não pretende tornar-se um trabalhador que tenha como objeto da vontade saciar a existência física. Esse princípio é alterado pelo poder do dinheiro, o mesmo passa ser o alvo da produção camponesa. Como poder externo, é o *alcoviteiro* entre as potencialidades limitadas dos meios de produção à disposição do grupo familiar (terra, capital) e sua procura.

A cristalização do produto-mercadoria na produção camponesa representa a espacialização do capital nesta produção; contudo, não dissipa a peculiaridade do trabalho familiar, pelo contrário, o confirma como fulcro do processo produtivo.

O empreendedor-camponês incorpora um produto voltado para o mercado, portanto, uma mercadoria, que concorrerá com mercadorias advindas de empreendimentos capitalistas.

A introdução de um produto-mercadoria na área fomentou mudanças nos padrões culturais e econômicos do campesinato, e fertilizou a consubstanciação da agricultura de atividade complementar para atividade principal. É na produção do produto-mercadoria que o grupo doméstico deposita grande parte da FTD – sua reprodução. A atividade extra-unidade assume a forma de complementariedade. Os laços de dependência do camponês com o mercado, foram a fermentação do processo de transmutação do camponês para produtor rural familiar, e o produto – mercadoria – a laranja, o fermento. O resultante, da espacialização do capital na produção camponesa.

O CASO DOS HORTICULTORES E CAMPONESES DE ITABAIANA

Deslocando-se em direção ao norte da área citrícola encontra-se uma produção camponesa desenvolvendo à horticultura, localizada no município de Itabaiana, configurando-se em um microcosmo dentro da Área – III. Este microcosmo é fruto da produção e organização do espaço projetado e executado pelos poderes federal e estadual, via gerenciamento do antigo IFOCS, depois DNOCS, que implantou o perímetro irrigado do açude da Macela (1958) e, mais recentemente, da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), materializado nos novos perímetros irrigados. A irrigação subentende a independência do produtor agrícola dos intempéries climáticas e tem por objetivo potencializar a produtividade da terra e do trabalho, a partir do controle de um elemento natural fundamental no processo produtivo agrícola, a água.

Assim, a técnica de irrigação é o elemento fomentador da dissolução da visão tradicional do trabalho, pois personifica a penetração da lógica do capital na produção camponesa. Ao se introduzir uma base técnica produtiva demandante de capital para sua manutenção, inevitavelmente o “alcoviteiro” entra em ação, convulsiona e passa a comandar a racionalidade econômica da produção camponesa. O camponês força-se para superar sua visão idílica do trabalho e, conseqüentemente, a relação natural com a terra para transformá-la em empreendimento visando a renda-dinheiro. A substituição do produto-consumo para o produto-mercadoria. Por conseguinte, a conjugação das forças de trabalho disponível do grupo doméstico será alocada na produção visando o mercado, ou melhor a renda-dinheiro. Assim, o produto-consumo (mandioca) fica relegado a segundo plano expressa nas palavras do produtor: “A mandioca a gente planta por gasto, o resto só planta o que der dinheiro”.

O processo de destruição da concepção de trabalho peculiar, trabalho como finalidade concreta de subsistência, e a construção de uma mentalidade do trabalho e da terra assentada no lógico do mercado, refletida na fala do produtor rural, exprime o poder de influência dos técnicos agrícolas que atuam na área.

Na realidade, a espacialização do capital no microconsumo camponês somente altera a direção do resultado do trabalho coletivo familiar. Ao mesmo tempo, consubstancia o produtor rural familiar, que a despeito de projetar sua produção para o mercado, mantém como motivação do trabalho a melhoria do bem-estar familiar, com a incorporação de novas necessidades, tais como televisão, veículo de passeio, roupas, eletrodomésticos entre outras. A mentalidade de “micro-empresário” faz parte da perspectiva do técnico agrícola pois, nas vísceras da decisão do produtor rural familiar encontra-se a procura da renda-dinheiro e não o lucro propagado pelos técnicos.

De fato, a presença de irrigação altera a organização do processo produtivo, absorvendo grande parte da FTD internamente. Na Área – III, 83,33 % dos membros produtivos são utilizados intra-unidade de produção dirigindo suas energias para o produto mercadoria (1a), no caso, os produtos hortícolas (batata-doce, coentro, cebolinha). Os mesmos propiciam um bom retorno econômico; contudo, exigem um maior consumo produtivo, em insumos e em trabalho.

Em relação ao trabalho, o grupo doméstico cumpre o seu papel, pois observa-se que o ciclo existencial das famílias abordadas nessa área encontra-se na fase de cooperação mútua, com baixo peso dos membros consumidores sobre os produtivos (Tabela 7 e 8). A disponibilidade intra-unidade de membros

produtivos reflete-se no elevado percentual de 86,02% deste no total do pessoal ocupado no processo produtivo. Todavia, a conjugação das forças produtivas da família do lado do produtor que possui irrigação será colocada em prática visando o mercado.

Do outro lado, o camponês destituído de uma base técnica (irrigação), utilizará a reciprocidade do trabalho dos membros dos grupos doméstico, principalmente, na produção de autoconsumo, e, na busca de uma renda extra-unidade. Dessa forma, uma parte FTD incorpora o trabalho sob a forma de trabalho sensível e outra assume o trabalho sob a forma de trabalho abstrato, vendendo sua força de trabalho. Entretanto, a restrição do mercado de trabalho rural da Área – III, torna essa alternativa precária, bem como a situação do grupo familiar. Assim, o grupo doméstico volta-se para a unidade de produção para obter a sobrevivência. O trabalho coletivo orienta-se para preencher a função 1b. O trabalho concreto se reveste na forma de trabalho possível, estando, ao mesmo tempo no fulcro da reprodução social.

Esse segmento do campesinato deposita a reprodução social do grupo na reciprocidade do trabalho orientada na procura cotidiana da sobrevivência, desenvolvendo uma “economia de necessidade” dependente de recursos externos para se manter. Na área em questão as fontes desse recurso são: o trabalho externo, a cesta básica de alimentação fornecida pelo poder municipal e, em menor proporção, a aposentadoria, devido à faixa etária das famílias (Tabela 8). Assim, o traço definidor da agricultura praticada por esse campesinato é de uma atividade deficitária “sustentada/subsidiada” pela renda-dinheiro advinda de recursos externos, caracterizando o que passa a se chamar de hipocamponês.

Se o traço definidor da agricultura praticada pelo hipocamponês é de complementariedade, a sua definibilidade encontra-se na sua simplicidade perene e se reproduz na concepção de trabalho sensível, o trabalho como atividade vital peculiar, norteado pelo seu modo de existência, nivelando suas necessidades às necessidades tradicionais de sobrevivência. Do outro lado, está o microcosmo de produtores rurais familiares que utilizam ao máximo a potencialidade da FTD, orientada para os produtos comercializáveis devido às exigências de trabalho requeridas pela horticultura. Todos os membros do grupo doméstico convergem suas forças físicas para o processo produtivo; conseqüentemente, as crianças desempenham um papel importante, tornando-se mais “trabalhadores do que estudantes”, conforme colocou um produtor: “todos trabalham, as crianças até a hora de ir para a escola,” e ele, mesmo considerando o ensino escolar importante, acredita que “... é na terra que ele aprende a ser agricultor.”

Esse discurso está imbuído de uma visão tradicional da terra, envolto por um telurismo descabido para uma produtor que colocou seu processo produtivo em função do mercado, e que, por conseguinte, subverteu a lógica produção-reprodução, e, conjuntamente, a direção do trabalho coletivo familiar. Portanto, sua preocupação deveria calcar-se em ampliar o saber herdado. E o filho poderia ser a ponte para esta aquisição de conhecimentos técnico/científicos necessários para competir no mercado. Assim, não só os “velhos” passariam conhecimentos, mas, também, os “novos” transmitiriam aos “velhos”, o que aprendessem na escola.

Portanto, na Área III encontram-se lado a lado espacialidades diferenciadas do capital na produção rural familiar. De um lado, estão as unidades de produção familiar inseridas na lógica capitalista via mercado, tendo na atividade agrícola a principal fonte de sua sobrevivência. Do outro, as unidades de produção familiar, onde se desenvolve uma “economia de necessidade”.

O CASO DO CAMPONÊS SERTANEJO

Ao se penetrar em direção oeste do Estado chega-se a Área – IV, localizada no Sertão sudoeste e ao se tomar a orientação noroeste encontra-se a Área - V, as quais são similares, particularmente por se localizarem no “Polígono das Secas”. O fenômeno da aridez nas mencionadas áreas delinea os traços gerais da produção camponesa. As condições climáticas, sobretudo a precipitação pluviométrica, constitui-se no recurso natural fundamental, pois é a irregularidade deste elemento climático que desorganiza o processo produtivo do camponês sertanejo. E a sua regularidade o organiza da seguinte forma: plantio no período de inverno (estação chuvosa), durante os meses de março e abril, e colheita entre junho e setembro. Esse elemento também determina o tempo/período do processo produtivo agrícola que o grupo doméstico desencadeia; ou seja, o ritmo de trabalho imposto aos membros produtivos do grupo familiar (FTD) é marcado pela natureza.

A forma de trabalho se revela sob a forma de trabalho concreto para a família sertaneja, assentado na “ordem tradicional” do trabalho, do modo de vida, da racionalidade econômica, isto é, o espírito que anima o empreendedor camponês é de cunho existencial. Ele planta o milho e o feijão, e o resultado é a ceia do dia a dia.

A integração dada pela presença das redes de circulação (rodovias, estradas) na Área – IV, anterior à Área – V, advinhou ao rol de alternativas de reprodução do grupo doméstico a opção de liberação de

membros do grupo para o mercado de trabalho (FTD). Esse fato e a fragilidade das condições de produção, tornam-se a força de enfraquecimento da FTD intra-unidade de produção. Ora, a extinção da FTD vincula-se o momento da trajetória do ciclo de vida da família, que na Área – IV, apresenta 41,67 % dos chefes com idade superior a 61 anos. Todavia, ao se detectar que 57,14 % das famílias abordadas possuem filhos atuando em atividades externas no mercado de trabalho local, regional e nacional, deduz-se que é ausência de condições internas à unidade de exploração a fonte de repulsão dos membros produtivos. Esta fonte é alimentada pelos períodos de aridez, o que provoca o fenômeno de emigração temporária de alguns membros. Em famílias com ciclo de vida jovem, é o chefe (pai) que migra, ficando a mulher e os filhos na terra. Nessa situação a mulher e as crianças assumem um papel fundamental na continuidade da unidade de produção.

A dissociação de membros produtivos pode estar influenciando no peso dos consumidores sobre o grupo doméstico (Tabela 1). Portanto, as repercussões diretas são a reconstrução de estratégias para obtenção e utilização dos recursos necessários à sobrevivência dos membros assimilados. A intraprodução constitui-se na principal estratégia, com absorção de 84,50 % dos membros produtivos (FTD), direcionada basicamente para preencher a função 1b, e, conforme o resultado obtido, uma parte poderá ser colocada no mercado (1a).

A simplicidade inerente ao sertanejo não fomenta a sua procura pela renda-dinheiro, ele diz: “só planto prá comer”. O trabalho é uma forma peculiar de existência: é a sua própria existência. Assim, o sustentáculo do processo produtivo é o trabalho humano, realizando uma agricultura rudimentar, no qual o capital empregado dá-se na contratação de diáristas nos períodos extremos da produção. Essa prática resulta na redução do rendimento familiar, pois, na Área – IV, geralmente o dinheiro utilizado para o pagamento da mão-de-obra suplementar provém da aposentadoria. Este recurso externo é marcante na Área, estando presente em 48,57 % das unidades visitadas e, em 25,71 % dos casos, atinge mais de um membro familiar. Tal recurso garante a viabilidade da reprodução de unidade de produção camponesa envelhecida, conjugado com outro recurso externo, fruto do trabalho dos membros expelidos.

A produção camponesa sertaneja está assentada, principalmente, na cultura do milho e do feijão associada a criação bovina (pecuária leiteira). O resultado da produção de feijão é armazenado visando o consumo familiar durante o ano e a renovação do ciclo produtivo (semente). O detrito do feijão é guardado para servir durante o verão na alimentação bovina. A palha do milho tem o mesmo destino. A pecuária leiteira representa uma alternativa de obtenção de renda-dinheiro; entretanto, não se vislumbra uma preocupação em aumentar sua produtividade, isto é, os tratamentos fitossanitários e a complementação alimentar para o gado através da ração industrializada estão ausentes, ou, quando existentes, são precários. A recíproca é verdadeira em relação ao uso de técnicas, como: adubação, inseticidas, conservação dos solos, mecanização entre outros.

O trabalho aparece no espaço sertanejo sob a forma de trabalho concreto, trabalho como fonte da satisfação humana, configurando-se na relação simples do trabalhador coletivo com a terra, com apropriação direta do resultado do trabalho, materializada na produção de valores de uso. Esse é o traço que desenha a singularidade que assume o trabalho pelo o grupo doméstico sertanejo. Na singularidade, sertaneja a Área – V ganha a cor de sua especificidade com o processo recente de dinamização da integração, via o melhoramento da malha viária. A porção oeste do município de Canindé de São Francisco, devido ao difícil acesso, manteve-se praticamente isolada até a década de oitenta, servida de redes de circulação modesta, não favorecendo a interligação intermunicipal e intraregional. O processo de integração deve-se à implantação do Projeto Hidroagrícola Califórnia e ao início da construção da Hidrelétrica de Xingó. No “cavalo de eletricidade” chega ao camponês sertanejo a televisão e com ela a parabólica, contrastando com o modo de vida simplório do grupo doméstico e a precariedade dos instrumentos de produção. O fluxo de informações não subverte a lógica camponesa, apenas cria novos desejos fomentados na busca do bem-estar familiar.

O grupo familiar constitui-se no sustentáculo produtivo com absorção de 95,31% da FTD intra-unidade de produção familiar, que corresponde a 82,18% da mão-de-obra ocupada. Esse fato é respaldado pela presença das famílias com ciclo existencial recente (Tabela 1 e 2) o que propicia a combinação das forças físicas de cada membro para colocar em prática o processo produtivo, pois os membros consumidores não exercem uma pressão significativa sobre os membros produtivos.

O princípio da reciprocidade do trabalho é o fulcro da reprodução camponesa sertaneja, assentada na lógica produção-reprodução. Esta lógica é passada de pai para filho, pois a transmissão do conhecimento dos mais velhos “os que sabem fazer” – ocorre nas atividades cotidianas desenvolvidas pelo grupo familiar, ou seja: a criança apreende no próprio ato de trabalhar. O trabalho passa a fazer parte do mundo infantil: segundo o relato de um camponês sertanejo, a criança percebe a importância da sua tarefa com a participação efetiva na força de trabalho familiar. Entretanto, a inserção da criança no processo produtivo vincula-se à própria necessidade de utilizar-se todo o potencial de FTD para atingir o alvo, a existência. A limitação da visão de mundo do camponês fundamenta a sua crença no trabalho como forma de existência.

Outra particularidade que dá cor a especificidade da Área – V é a presença do Rio São Francisco, que corta o Sertão Noroeste do Estado. Em suas margens, encontra-se um hipocamponês residindo em pequenos povoados, que, ou possuem pequenas glebas de terra, outros, desprovidos dela, produzem suas culturas de subsistência (milho, feijão) em terras de outrem. Todavia, a FTD do grupo é direcionada para atender a função 1b e 1c, esta última materializada na arte de pescar.

O trabalho abstrato de membros do grupo doméstico ganha intensidade na casa do hipocamponês, pois vacila o equilíbrio produção-consumo, necessitando introduzir às atividades extra-unidade para obter à satisfação das necessidades da família. O acesso ao dispositivo de membros produtivos assumir o trabalho abstrato extra-unidade vincula-se à disponibilidade do mercado de trabalho no espaço rural o que proporciona à conjugalização das duas formas de trabalho por parte do campesinato na busca da sua reprodução.

A análise precedente revela o metabolismo de como o trabalho se apresenta para o campesinato sergipano na busca de sua reprodução. Os avanços tecnológicos são a fonte que alimenta as metamorfoses do trabalho. Mas é da fonte do conhecimento científico que emana o pictórico que dá a coloração à tecnologia. Por sua vez, o pictórico ganha fulgor com o capital, isto é, o capital captura o saber para estilhaçar o poder do trabalho humano organizado, fomentando o metabolismo do campesinato. Contudo, sofrendo os percalços de sua posição periférica, o agro brasileiro, especificamente, o sergipano, não apresenta o fulgor do pictórico tecnológico no processo produtivo do produtor rural. Assiste-se uma metamorfose incompleta do trabalho, e, por conseguinte, um metabolismo inacabado do trabalho coletivo familiar. Depara-se com uma realidade na qual o trabalho humano continua como pintura da prática agrícola. Assim, o trabalho personificado na energia física dos membros do grupo doméstico aparece sob a forma de trabalho concreto e abstrato.

É a conjugalização dessas duas formas de trabalho que propicia a recalcitrância do trabalho coletivo familiar no agro sergipano, envolto em uma labuta rudimentar sem grandes perspectivas de mudança, e sem um retorno econômico condizente à proporção de energia física depreendida pelo grupo doméstico na objetivação da intraprodução. Configura-se a situação em que o trabalho vivo permanece como o sustentáculo da reprodução produtiva e social do camponês, o único dispositivo possível de ser acionado pelo grupo familiar.

Por conseguinte, a questão de fato é complexa, e as soluções também, desenhando-se duas trilhas para a produção familiar sergipana: a primeira, continuar nessa categoria, utilizando-se das duas formas de trabalho para obter a reprodução social. A segunda, cada vez mais restrita, assumir integralmente o trabalho sob a forma de trabalho abstrato, extra-unidade produtiva agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAYANOV, A . V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974.
- GROS, Chistian. Force de travail disponible dans l'unité domestique et reproduction de l'economie payanne. Paris: CREDAL/ERSIPAL, Document de travail, n°2, 1980.
- MARX, K. Manuscritos Económicos-Filosóficos de 1844. Lisboa: Edições 70, 1964.
- . Contribuição à crítica da economia política. SP: Martins Fontes, 1977.
- . O capital: Crítica da economia política. 3^a ed., SP: Nova Cultural, 1988. (Os Economista)
- WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo. 12^a ed., SP: Pioneira, 1997.